

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.412 - RO (2019/0044384-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ANDERSON MARQUES DE ALMEIDA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **ANDERSON MARQUES DE ALMEIDA**, com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A defesa alega violação do artigo 28 da Lei n. 11.343/2006.

Aduz que "o Recorrente sempre se manifestou em juízo no sentido de que os entorpecentes que foram apreendidos em que estava no momento do flagrante eram para próprio consumo e teria pago a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelo entorpecentes" (e-STJ, fl. 268).

Obtempera que a quantidade de droga era pequena, "apreendidas isoladamente, sem o confisco de grande quantidade de dinheiro ou de apetrechos que demonstrariam que estivesse de fato vendendo o entorpecente apreendido e não apenas o consumindo" (e-STJ, fl. 269).

Assevera que "a jurisprudência, de maneira inocente, ou não, aceita que a condenação de qualquer indivíduo seja fundamentada exclusivamente na palavra de agentes estatais acerca do fato em questão" (e-STJ, fl. 269).

Requer a desclassificação da condenação do art. 33 para o art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 276-281) e admitido o inconformismo, os autos ascenderam ao STJ.

O Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ, fls. 297-303).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao negar o pedido de desclassificação da defesa, manteve o édito condenatório pelo delito de tráfico de droga em decisão assim motivada:

"A materialidade está comprovada pela ocorrência policial (fls. 27/30), pelo auto de apresentação e apreensão (fl. 33), laudo toxicológico preliminar (fls. 35/36), definitivo (fls. 93/94), além da prova testemunhal produzida nos autos.

Quanto à autoria, em que pese a negativa pelos apelantes, esta ficou sobejamente demonstrada nos autos, de forma que o cerne da questão é averiguar o seu destino, se para comercialização ou uso.

Em juízo, o apelante Dyonatas alegou que a droga apreendida pelos policiais pertencia a Anderson, pois este lhe informou após a prisão.

Asseverou que, em sua residência, não foi apreendido nada de ilícito. E que a polícia prendeu Anderson e os outros rapazes na rua e, em seguida, foram até sua casa. Afirmou que sua residência não é ponto de venda de entorpecentes (mídia fl. 141).

Por sua vez, Anderson afirmou que as parangas de maconha lhe

pertenciam, mas que seria para consumo próprio, e que as adquiriu pelo valor de R\$200,00 de uma pessoa na av. Pinheiro Machado. E que Dyônatas não tem qualquer relação com a droga apreendida. E que estava na residência de Dyônatas apenas de passagem. Asseverou que a balança de precisão e os demais materiais apreendidos em sua residência foram plantados pelos policiais (mídia fl. 141).

O policial Francisco Evan Nogueira da Silva narrou que, no local dos fatos, é conhecido pelo intenso comércio de drogas e que devido a localização é difícil a atuação da polícia. E que o local é conhecido como "beco do olho".

Asseverou que, no dia dos fatos, receberam informações que pessoas estariam manipulando entorpecentes na residência do apelante Dyônatas. Narrou que foram até o local e constataram a intensa movimentação de pessoas na residência de Dyônatas, inclusive adolescentes. Afirmou que havia nove pessoas no local mas somente sete foram detidas.

Ainda, afirmou que Dyônatas e Anderson, com auxílio dos adolescentes, estavam endolando e preparando a droga. Asseverou que foi apreendida uma balança de precisão, papel filme e sacolas plásticas. Afirmou que Anderson confirmou que auxiliava o apelante Dyônatas na traficância. Narrou que Anderson, durante de abordagem, tentou correr, bem como se desfazer de algumas porções de droga, porém, foi detido pelos policiais (mídia fl. 141).

Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, os depoimentos de testemunhas policiais, em regra, possuem plena eficácia probatória, sendo tal presunção afastada apenas na presença de motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações. Nesse sentido já se manifestou o STF (HC 73518/SP) e STJ (HC 45653/PR).

É cediço que o art. 33 da Lei de Drogas é congruente ou congruente simétrico, esgotando-se, o seu tipo subjetivo no dolo. As figuras, v. g., de transportar, trazer consigo, guardar ou, ainda, de adquirir não exigem, para a adequação típica, qualquer elemento subjetivo adicional tal como o fim de traficar ou comercializar.

Nesse passo, considerando, sobretudo, a natureza da droga apreendida e as demais circunstâncias da prisão, conclui-se que o apelante guardava e tinha em depósito entorpecente sem autorização legal, adequando-se perfeitamente o tipo penal do tráfico ilícito de drogas.

Anote-se que para desclassificar a infração para o crime previsto no art. 28, da Lei 11.343/06 teria de estar comprovado que o entorpecente destinava-se única e exclusivamente ao consumo pessoal do apelante Anderson, o que não restou demonstrado nos autos, embora fosse ônus que lhe incumbia.

Assim, diante do conjunto probatório colhido - natureza, quantidade da droga, condições em que se desenvolveu a ação e o local - inviável a absolvição (Dyonatas), bem como a desclassificação (Anderson) do delito de tráfico de entorpecentes para o de consumo de drogas." (e-STJ, fls. 258-260).

Como se observa, foram apontados elementos probatórios suficientes para embasar o decreto condenatório pelo crime de tráfico de drogas. O Tribunal de origem

ressaltou que policiais militares receberam "informações que pessoas estariam manipulando entorpecentes na residência do apelante Dyônatas. Narrou que foram até o local e constataram a intensa movimentação de pessoas na residência de Dyônatas, inclusive adolescentes. Afirmou que havia nove pessoas no local mas somente sete foram detidas. Ainda, afirmou que Dyônatas e Anderson, com auxílio dos adolescentes, estavam endolando e preparando a droga. Asseverou que foi apreendida uma balança de precisão, papel filme e sacolas plásticas" (e-STJ, fl. 259). Destacou, também, que "considerando, sobretudo, a natureza da droga apreendida e as demais circunstâncias da prisão, conclui-se que o apelante guardava e tinha em depósito entorpecente sem autorização legal, adequando-se perfeitamente o tipo penal do tráfico ilícito de drogas" (e-STJ, fl. 259).

Sob tal contexto, o pedido de desclassificação para o delito de uso próprio, deduzida neste recurso, demanda, necessariamente, o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede especial (Súm. 7/STJ).

Confira:

"[...] 1. A alegação defensiva de ausência de provas para a condenação e o pedido de desclassificação da conduta encontram óbice no Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte porque demandam revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos." (AgRg nos EDcl no AREsp 701.858/MT, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 29/06/2016).

"[...] 1. O Tribunal local, após aprofundada análise dos elementos colhidos no curso da instrução criminal, concluiu que restou provada a materialidade e a autoria que dão suporte à condenação do réu pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, e entender de modo diverso, no intuito de abrigar o pleito defensivo de desclassificação para a figura delitiva descrita no art. 28 da Lei de Tóxicos demandaria o revolvimento no material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias e vedada a este Sodalício em sede de recurso especial, ante o óbice do Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte. [...] " (AgRg no AREsp 762.686/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016).

Ademais, esta Corte tem entendimento firmado de que os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante são meio idôneo e suficiente para a formação do édito condenatório, quando em harmonia com as demais provas dos autos, e colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, **como ocorreu na hipótese** (AgRg no AREsp 875.769/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 14/3/2017; AgRg no AREsp 926.253/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 26/8/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, alínea "a", do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

